

4. Gênero e sexualidades

OC - (22968) - COLORINDO A POLÍTICA INSTITUCIONAL: REPRESENTAÇÃO E OPORTUNIDADES POLÍTICAS NO CASO DAS CANDIDATURAS TRANS, TRAVESTIS E NÃO BINÁRIAS NO BRASIL

Gustavo Gomes Da Costa Santos (Brazil)¹; [Rodrigo Cruz](#) (Belgium)²

1 - Universidade Federal de Pernambuco; 2 - Université Libre de Bruxelles

Em que pese os reveses no comando do executivo e a contínua impermeabilidade do poder legislativo face às demandas por cidadania sexual e igualdade de gênero, o Brasil tem testemunhado, nos últimos anos, um processo de gradativo reconhecimento jurídico da cidadania LGBTQIA+ por meio de decisões da Suprema Corte (ex.: o reconhecimento da união estável entre casais do mesmo sexo). O cenário de maior visibilidade e acesso a direitos têm impactado, entre outras coisas, a qualidade da participação política deste segmento. Segundo a ONG #VoteLGBT, 317 pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ candidataram-se a um cargo político nas eleições estaduais e federais de 2022, mais que o dobro registrado em 2018, quando foram mapeados 157 candidatos. Ao todo, 18 parlamentares LGBTQIA+ foram eleitos em 2022, contra 9 eleitos em 2018. Neste universo, destaca-se o volume de candidaturas de pessoas trans, travestis e não binárias, particularmente daquelas com identidade de gênero feminina. Esta comunicação propõe uma análise sobre a crescente participação das pessoas LGBTQIA+ na política institucional brasileira, com foco nas candidaturas de pessoas trans, travestis e não binárias. Tendo como referência a literatura sobre representação política e representação descritiva, procuramos discutir: a) o conjunto de oportunidades políticas que têm permitido a estes atores ampliarem o seu espectro de participação nos últimos ciclos eleitorais, particularmente a partir de 2018, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Superior Tribunal Federal (STF) reconheceram, respectivamente, a possibilidade de utilização do nome social no título de eleitor e a possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo; b) o impacto de marcadores sociais da diferença como gênero, religiosidade e pertencimento étnico-racial no acesso aos espaços de participação político-institucional e; c) as repercussões da chegada destas candidatas aos espaços de decisão política em diferentes arenas de intervenção (parlamentos, partidos e movimentos sociais).

Palavras-chave : Eleições, LGBTQIA+, Brasil, Candidaturas trans, Oportunidades políticas, Representação política